



MANUEL DOS SANTOS, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA OCC, LAMENTA

# Estatuto dos contabilistas não é um bom “produto legislativo”



Manuel dos Santos critica a forma como o estatuto foi “cozinhado” na Assembleia da República e a forma como são tomadas decisões políticas.

O resultado final do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados é claramente negativo. “Este estatuto não foi um bom produto legislativo, especialmente no aspeto formal e na sua estrutura interna. O processo para alterar os estatutos das ordens profissionais foi um ato falhado.” Estas são as palavras muito críticas de Manuel dos Santos, presidente da mesa da assembleia geral da OCC, em entrevista à Revista Contabilista. Lamenta a forma como o estatuto foi “cozinhado” no Parlamento e de como funciona a administração pública e a decisão política em Portugal.

Vários aspetos são tidos como negativos, como é o caso da “relativa incompreensibilidade do próprio texto dos estatutos e pela existência de contradições em matérias fundamentais, como o funcionamento da instituição, as competências dos novos órgãos e a definição do relacionamento dos membros com a Ordem”. Para Manuel dos Santos existem lacunas e possibilidades de interpretação completamente diversas que podem causar grande prejuízo. Já um aspeto positivo é a nova designação

de Ordem dos Contabilistas Certificados, terminando com uma a designação inconclusiva de Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. No entanto, há outras situações em que Manuel dos Santos considera haver falta de clareza. É o caso, por exemplo, das condições de elegibilidade dos membros e das listas que se apresentam a sufrágio. “Esta medida deveria conduzir a estruturas estatutárias muito semelhantes, sobretudo na sua orgânica. E não é isso que acontece”, adianta Manuel dos Santos.

“A OCC bateu-se para que se mantivesse a assembleia geral, mas os estatutos consagraram a assembleia de representantes. Não é assim em todas as ordens, com algumas delas a preservarem a assembleia geral. O que levou a Assembleia da República a aprovar a assembleia dos representantes? É mais uma zona obscura e que dá a ideia da forma como o estatuto foi cozinhado no Parlamento.” Manuel dos Santos insiste que há aspetos muito pouco claros em todo este processo. “Dá-me a ideia de que houve um poder político que se conseguiu mexer relativamente bem e no que respeita à Ordem dos Contabilistas foram introduzidas normas de interpretação ainda mais complexas e ao serviço de interesses que ainda não consigo identificar.”

Ficou uma quase certeza que não faz sentido introduzir um processo eleitoral transitório, sem o presente mandato estar terminado. Até porque estão a decorrer investimentos avultados no Porto e em Lisboa e tem sido cimentada a afirmação internacional do próprio bastonário. A realidade é que estão vários projetos em curso, não sendo indicado proceder a uma interrupção forçada dos mesmos.